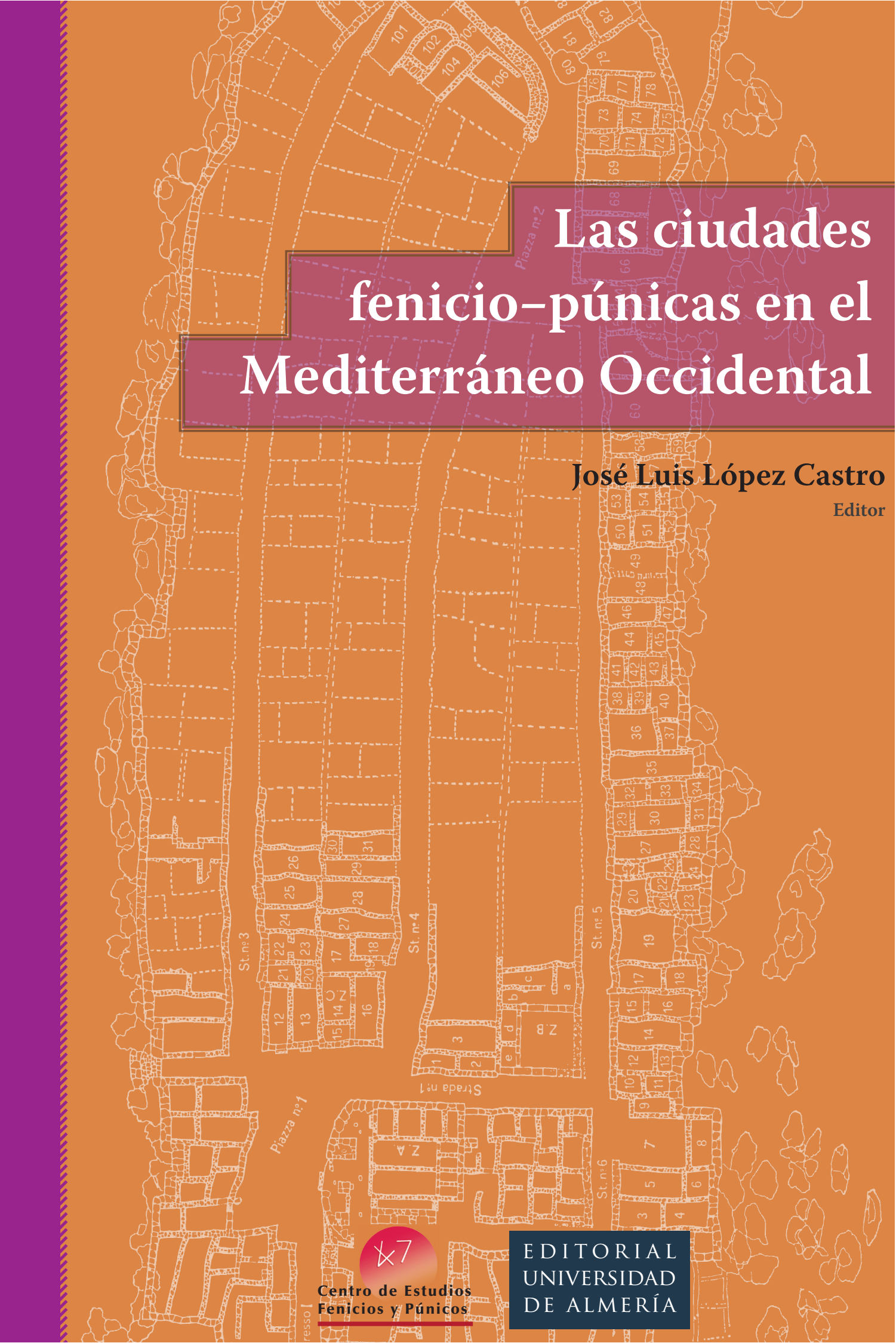




Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental

José Luis López Castro
Editor

x7

Centro de Estudios
Fenicios y Púnicos

EDITORIAL
UNIVERSIDAD
DE ALMERÍA

EDITA:
Editorial Universidad de Almería
Centro de Estudios Fenicios Púnicos

MAQUETACIÓN:
Ana Santos Payán

IMPRESIÓN: PUBLIDISA

© DE LOS TEXTOS: sus autores
© DE LAS ILUSTRACIONES: sus autores

I.S.B.N.: 978-84-8540-862-0

ÍNDICE

PRESENTACIÓN [11-16]

I LA CIUDAD ORIENTAL/ARCAICA

Fenicia. De las ciudades-estado independientes a la lucha por la autonomía [19-42]

JUAN ANTONIO BELMONTE

El urbanismo fenicio de época arcaica y su impacto en las sociedades autóctonas [43-68]

CARLOS GONZÁLEZ WAGNER

Rasgos arquitectónicos y urbanísticos de La Fonteta [69-82]

ALFREDO GONZÁLEZ PRATS

II LAS CIUDADES EN EL MEDITERRÁNEO CENTRAL

Punic Carthage: Two decades of archaeological investigations [85-104]

ROALD F. DOCTER, FETHI CHELBI, BOUTHEINA MARAONI TELMINI, HANS GEORG NIEMEYER, ALAIN DE WULF

Urbanistica e topografia delle città fenicie di Sardegna: il caso di Nora [105-142]

MASSIMO BOTTO

Mozia: dalla “casa dei capitelli” alla “casa dei mosaici” [143-154]

GIGLIOLA SAVIO

III LAS CIUDADES DEL EXTREMO OCCIDENTE

Abdera y Baria. Dos ciudades fenicias en el extremo sureste de la Península Ibérica [157-186]

JOSÉ LUIS LÓPEZ CASTRO

LAS VILLAS AGRÍCOLAS PÚNICO-TURDETANAS DE LA CAMPIÑA GADITANA (CÁDIZ-ESP AÑA) [187-208]

PEDRO A. CARRETERO POBLETE

Territorio y urbanismo fenicio-púnico en la bahía de Málaga. siglos VIII-V a.C [209-232]

JOSÉ SUÁREZ, M^a DEL MAR ESCALANTE, M^a ISABEL CISNEROS, JOSÉ MAYORGA, LUIS EFRÉN FERNÁNDEZ

La presencia fenicia entre los ríos Guadalhorce y Guadiaro: su evolución e implantación territorial [233-256]

JUAN ANTONIO MARTÍN RUIZ

Novedades arqueológicas en los asentamientos feniciopúnicos del Cerro del Prado y Carteia [257-280]

JUAN JOSÉ BLÁNQUEZ PÉREZ

El territorio de la ciudad bástulo-púnica de *Baesippo* [281-314]

EDUARDO FERRER ALBELDA

Saladeros y alfares en *Gadir*. La perspectiva productiva de las ciudades fenicio-púnicas del Extremo Occidente [315-268]

DARIO BERNAL, ANTONIO M. SÁEZ

Apuntes sobre el urbanismo de Lixus (Larache, Marruecos) [369-382]

CARMEN ARANEGUI

Sistemas defensivos en la toponimia fenicia de la costa Atlántica Ibérica y Norteaficana [383-404]

FERNANDO LÓPEZ PARDO, ALFREDO MEDEROS Y LUIS A. RUIZ CABRERO

Sobre el uso de la moneda en las ciudades fenicio-púnicas de la Península Ibérica [405-438]

BARTOLOMÉ MORA SERRANO

IV LA PROYECCIÓN EN EL MUNDO IBERO

Nuevas evidencias en Huelva desde finales del siglo VI a.C. ¿Crisis, reactivación, o simplemente continuidad? [441-458]

FRANCISCO GÓMEZ TOSCANOS

Os fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim [459-482]

ANA M. ARRUDA, VERA FREITAS, CARLOS FILIPE OLIVEIRA

BIBLIOGRAFÍA [483-544]

FIGURAS [535-586]

OS FENÍCIOS E A URBANIZAÇÃO
NO EXTREMO OCIDENTE:
O CASO DE CASTRO MARIM

Ana Margarida Arruda
Vera Teixeira de Freitas
Carlos Filipe Oliveira



RESUMO:

As escavações arqueológicas levadas a efeito no Castelo de Castro Marim permitiram pôr a descoberto vários espaços edificados sobrepostos, desde o final da Idade do Bronze até à época romana.

As diversas plantas e as funcionalidades dos diferentes espaços construídos são aqui descritas, bem como as técnicas de construção utilizadas na edificação dos mesmos. Com base nos dados que a arqueologia proporcionou, a funcionalidade da área posta a descoberta é proposta, sendo também apresentada uma cronologia para a evolução arquitectónica verificada.

PALAVRAS CHAVE: Castro Marim, Idade do Ferro, arquitectura,

ABSTRACT:

Archaeological works carried out in Castro Marim's castle had allowed to identify some architectural spaces, built between the end of the Age of Bronze and the roman period. The diverse plans and functionalities of the different constructed spaces are described, as well as the techniques and the materials used in the constructions of all the phases. The archaeological data had contributed to defend a functionality of the area, and we propose also a chronology to the architectural evolution.

KEY WORDS: Castro Marim, Iron Age, architectural



INTRODUÇÃO¹

Se é verdade que a presença fenícia no território actualmente português está muito bem documentada arqueologicamente, o certo é que, na maioria dos sítios onde ela pode ser avaliada, os trabalhos arqueológicos realizados nos estratos correspondentes à Idade do Ferro Orientalizante são, geralmente, de muito reduzida área. Tavira, Castelo de Alcácer do Sal, Setúbal, Lisboa, Alcáçova de Santarém e Conímbriga foram, na maioria dos casos, alvo de escavações de alguma dimensões, mas os níveis sidéricos onde a referida presença foi detectada foram quase sempre apenas aflorados.

Com efeito, a maioria destes locais corresponde hoje a centros urbanos, sendo as escavações ditadas pelas regras que a arqueologia urbana impõe. Por outro lado, são quase sempre sítios de ampla diacronia e onde, portanto, as ocupações das épocas romana, islâmica, medieval e moderna não só perturbaram as pertencentes à Proto-História, como impedem, muitas vezes, que a escavação destas últimas atinja as dimensões desejáveis. Assim, a sua ocupação orientalizante raramente pode ser avaliada em termos das modalidades de ocupação do espaço, apesar de alguns restos de muros terem permitido verificar algumas características dos processos construtivos. Porém, a vivência urbana e mesmo os planos arquitectónicos não puderam ser averiguados e, muitas vezes, nem sequer pressentidos.

Os trabalhos arqueológicos realizados permitiram pois apenas concluir que os edifícios eram agora de planta rectangular ou quadrangular, o que contrastava com as plantas circulares ou ovais do momento imediatamente anterior e que a terra foi utilizada na construção, quer através de adobes quer de taipa, ambos constituindo muros alçados sobre alicerces de alvenaria.

As excepções a esta situação são Santa Olaia, Abul e agora Castro Marim, onde escavações em extensão puseram a descoberto amplas áreas construídas. Os dois primeiros sítios correspondem a fundações fenícias *ex nihilo*, o que pode não ser o caso do terceiro.

A planta de Abul é já bem conhecida e as características orientais daquele edifício singular são indelmentáveis². No entanto, alguns autores têm vindo a defender que o sítio pode não corresponder a um local de habitação, ou de âmbito comercial, estando a função religiosa sugerida pelo próprio plano arquitectónico³.

¹ Trabalho realizado no âmbito do projecto «Castro Marim e o seu território imediato durante a Antiguidade», aprovado e financiado pela FCT, no quadro do POCTI, participado pelo Fundo Comunitário FEDER.

² F. MAYET & C. T. SILVA, “Abul, um estabelecimento orientalizante do VII século no baixo vale do Sado”, *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, IX-X, 1992, pág. 315-333. “L’établissement phénicien d’Abul”, en R. ÉTIENNE y F. MAYET, (eds.), *Itinéraires lusitaniens*, Paris, 1997, págs. 255-273. *Le site phénicien d’Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*, Paris, 2000.

³ A.M. ARRUDA, *Los fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*, Barcelona, 1999/2000. F. LÓPEZ PARDO, “Humanos en la mesa de los dioses: la escatológica fenicia y los frisos de Pozo Moro”, en *Actas del III Seminario Internacional sobre Temas fenicios: El mundo Funerario*, Guardamar del Segura, 2002.

Santa Olaia, localizada na foz do Mondego, foi profundamente escavada no início do século passado. Os resultados dessas escavações foram publicados⁴ e não pode deixar de referir-se a meticulosidade com que os trabalhos decorreram quer em termos absolutos, quer tomando em consideração a época em que foram efectuados. Até há pouco tempo, a planta de Santa Olaia e a sua interpretação constituía o único elemento existente no actual território português onde o urbanismo e as técnicas construtivas orientais estavam fossilizados.

O carácter habitacional do sítio não pode ser questionado, independentemente de parecer claro que as actividades industriais, como por exemplo a metalurgia e a produção cerâmica⁵ foram intensas sobre o sítio.

Santos Rocha apresentou uma sequência arquitectónica dividida em três grandes momentos construtivos. Em todos eles, as construções eram de planta rectangular, algumas divididas em compartimentos. Os muros eram maioritariamente construídos com adobes, erguidos sobre alicerces de pedras ligadas por argila. O bom estado de conservação de alguns muros permitiu ainda que o arqueólogo figueirense tivesse podido estimar em 3,20 m a altura dos edifícios. No primeiro momento construtivo, correspondente à primeira ocupação do sítio (século VII a.C.), as estruturas habitacionais eram de dimensões consideravelmente maiores que nos subsequentes.

As escavações que, entre 2000 e 2003, pudemos levar a efeito no Castelo de Castro Marim, em área anexa à que na década de 80 do século XX tinha sido intervencionada por um de nós (AMA), permitiram que uma ampla área de 293 m² tivesse sido posta a descoberto. Aí, foi possível escavar um numeroso conjunto de Unidades Estratigráficas correspondentes a vários momentos da ocupação antiga da pequena colina, onde se implantou, na Idade Média, o castelo medieval. Numa sequência estratigráfica que, em certos locais, atinge os 3,5 m de profundidade, foram escavados estratos da Idade do Ferro, datados entre os finais do século VIII/inícios do VII e o século III a.C. Nestes, paredes e muros de edifícios vários destacam-se pelo número, complexidade e sobreposição. Mas o facto de a área ser já de considerável dimensão permitiu uma leitura horizontal dos vários momentos construtivos e dos respectivos planos arquitectónicos presentes ao longo da diacronia sidérica.

Neste trabalho, os dados sobre a arquitectura da Idade do Ferro do Castelo de Castro Marim serão objecto de análise detalhada, tendo em consideração não só os diversos momentos construtivos, a que correspondem planos arquitectónicos diversos, mas também a sua sequência cronológica, bem como as respectivas técnicas construtivas. Naturalmente, os resultados desta análise serão avaliados no quadro da colonização fenícia ocidental e das suas consequências ao nível da urbanização do Extremo Ocidente.

⁴ A.S. ROCHA, *Memórias e explorações arqueológicas II. Estações pré-romanas nas vizinhanças da Figueira*, Coimbra, 1905.

⁵ I. PEREIRA, “Santa Olaia et le commerce atlantique”, en R. ÉTIENNE y F. MAYET, (eds.), *Itinéraires lusitaniens*, Pars, 1997, págs. 209-253.

Localização e trabalhos arqueológicos desenvolvidos.

Se é certo que actualmente Castro Marim se encontra rodeado de terra firme e de alguns sapais, com o rio correndo já longe do bairro da Ribeira, não restam dúvidas que o progressivo assoreamento do Guadiana transformou consideravelmente a paisagem do lugar, ficando também evidenciada a acelerada evolução geológica que a área sofreu.

Ainda no século XVI, acostavam no cais da Ribeira navios de grande tonelagem, podendo ver-se, em gravuras da época, que os barcos chegavam perto das muralhas do Castelo. Castro Marim estava rodeado pelas águas do Guadiana.

O Castelo de Castro Marim implanta-se numa colina de forma irregularmente circular, com uma altura de 32 m acima do nível médio das águas do mar, que se localiza na margem direita do rio Guadiana, muito próximo da sua foz.

As condições geográficas e topográficas permitem que o sítio possua boas condições naturais de defesa, dominando visualmente um vasto território que abarca a entrada do Guadiana e também uma boa porção de mar. Geologicamente, situa-se numa região de depósitos quaternários, entre os xistos do maciço antigo a Norte, os calcários lacustres do Oligoceno e as rochas eruptivas a Oeste.

Como já antes referimos, a ampla área posta a descoberto é resultado de trabalhos arqueológicos levados a efeito na década de 80 do século XX e, sobretudo, das três campanhas efectuadas entre 2000 e 2003.

As ocupações antigas do Castelo de Castro Marim: breve comentário.

Os trabalhos arqueológicos realizados no Castelo de Castro Marim na década de 80 do século XX estão na origem de vários textos já publicados, onde se deram a conhecer materiais e se elaboraram sínteses sobre a ocupação do sítio⁶.

6 A.M. ARRUDA, “Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim. Relatório dos trabalhos de 1983-1984”, *Clio Arqueologia*, 1, 1983-84, págs. 245-254; “Castro Marim na Idade do Ferro”, en *Actas do 4º Congresso do Algarve*, Silves, vol.1. 1986 págs. 33-38; “O Castelo de Castro Marim”, en *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa, 1996. págs. 95-100; *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*, Lisboa, 1997; “Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve”, en *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, 1997 págs. 243-255; “O Algarve no quadro geo-cultural do Mediterrâneo Antigo”, en *Algarve - Da antiguidade aos nossos dias*, Lisboa, 1999, págs. 21-22; “O Algarve nos séculos V e IV a.C.”, *op. cit.*, págs. 23-31; *Los fenícios...*, 1999/2000; “As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio Ocidental dos séculos V a III a.C.”, en *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Cádiz 2000 vol. II, págs. 727-736; “Importações púnicas no Algarve. Significado e cronologia”, en *Os púnicos no Ocidente*, Lisboa, 2002, págs. 69-97; “Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim: balanço e perspectivas”, en *Xelb - Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves, 2003 págs. 69-88; A.M. ARRUDA; *et al.*, “As importações de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana.” *Actas do Simpósio internacional em homenagem a Françoise Mayet*, Setúbal; V. T. FREITAS, “Observações preliminares sobre a cerâmica de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim”, III *Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida*, 2003.

Parece, no entanto, imprescindível começar por referir que a instalação de populações na colina onde na Idade Média se construiu o Castelo se iniciou ainda durante a Idade do Bronze; e que durante a Idade do Ferro e época romana o sítio permaneceu ocupado.

A data exacta do início da ocupação orientalizante está ainda por esclarecer devidamente, não restando, contudo, dúvidas que, pelo menos a partir do século VII a.C., em cronologia histórica, os habitantes de Castro Marim entraram em contacto com os colonos fenícios então já instalados na região gaditana.

A integração de Castro Marim na *koiné* mediterrânea durante a segunda metade do I milénio a.C. ficou também evidenciada. Deve insistir-se que a realidade sidérica do Castelo de Castro Marim revela inúmeras afinidades com o que foi encontrado em sítios da Andaluzia Ocidental.

3. FASEAMENTO

O faseamento que agora se apresenta, bem como as conclusões arquitectónicas a que chegámos, deduziram-se a partir do registo arqueológico efectuado durante o processo de escavação. Mas deve desde já referir-se que os dados agora apresentados são ainda preliminares, uma vez que o estudo dos materiais se encontra em curso, e parece certo que esse estudo permitirá aferir a cronologia das diversas fases de ocupação. A publicação integral dos resultados só será possível após o estudo da totalidade dos materiais arqueológicos recuperados, bem com da fauna exumada, e ainda dos que a carpologia, palinologia e antracologia deverão fornecer.

Para além da complexidade estratigráfica, fruto da longa diacronia de ocupação do sítio, deparámo-nos ainda com outra dificuldade: as fundações de um grande edifício religioso de época moderna cortaram, até à rocha, parte das evidências das ocupações antigas. Na prática, esta construção traduziu-se na separação física de duas áreas do Sector 1, que se encontravam diferentemente conservadas. Nem sempre resultou fácil a tarefa de estabelecer as relações entre as duas áreas, existindo casos em que nenhuma proposta de reconstituição das plantas dos edifícios nos satisfaz. Também em época moderna, se escavaram grandes fossas até ao substrato rochoso, que amputaram, irremediavelmente, as realidades anteriores.

Apesar destas condicionantes, foi possível verificar a existência de quatro fases de ocupação da Idade do Ferro, sendo que destas, a fase II é a mais antiga. A fase I corresponde à ocupação do sítio durante o Bronze Final, da qual restam poucos testemunhos, sem qualquer tipo de expressão arquitectónica.

Fase II

A caracterização desta fase está muito dificultada pela escassez e mau estado de conservação dos vestígios arquitectónicos, que surgem dispersos pela área de escavação e amplamente truncados. As poucas construções que se identificaram erguem-se directamente sobre o substrato rochoso, adaptando-se à sua irregularidade. A escavação destas realidades foi também estrangida pelo espaço, uma vez que se decidiu, sempre que possível, conservar as evidências arquitectónicas das fases posteriores.

Na zona central da escavação, identificaram-se vestígios de uma área edificada, orientada no sentido E-O, da qual foi apenas possível levantar uma planta muito parcial. Apesar dos muros se encontrarem bastante destruídos, verificou-se que eram consideravelmente mais largos do que os das fases subsequentes, oscilando entre 1 m e os 70 cm de largura. A construção deste edifício implicou, pelo menos numa das paredes, a realização de um corte na rocha para a implantação das fundações, documentando uma técnica pouco comum nas edificações da Idade do Ferro em Castro Marim.

Fase III

Na fase III, a estruturação dos edifícios corresponde a uma concepção construtiva predefinida, condicionada sobretudo pela topografia do terreno. Pode verificar-se que alguns dos edifícios sofreram remodelações pontuais, que, no entanto, não desvirtuaram, significativamente, a sua configuração original.

As evidências arquitectónicas desta fase conservavam-se em duas áreas edificadas distintas, com orientações também elas diferentes. O conjunto de compartimentos mais próximo do limite da colina orientava-se no sentido Noroeste/Sudeste, de forma a melhor aproveitar o espaço disponível para a construção. A tendência observada é a disposição dos compartimentos feita seguindo o contorno da colina.

Trata-se de quatro compartimentos anexos entre si, que deveriam corresponder a um único edifício. No compartimento 1, documentaram-se algumas características singulares ao nível da construção, tendo em conta que foi o único espaço que forneceu indícios da utilização de tijolos de adobe. Estes, com cerca de 30 cm de largura por 10 cm de altura, encontravam-se sobre um alicerce de pedras, em duas “colunas” distintas. A disposição destas construções em adobe sugere que esta poderia ser uma zona de entrada. Posteriormente ao seu momento de ocupação, estes compartimentos foram abundantemente entulhados com pedra de pequena dimensão, sugerindo uma provável utilização como estruturas maciças. Em frente ao compartimento 1, desenvolvia-se um espaço exíguo, limitado a sul por uma estrutura que apenas conservava uma das suas faces.

Na área central da escavação, pôs-se a descoberto um conjunto de compartimentos, orientados no sentido Este/Oeste, cuja leitura global é dificultada pelo seu mau estado de

conservação. Os compartimentos 6, 7, 10 e 11 pertencem, provavelmente, a um mesmo edifício, cuja planta total, bem como a comunicação entre si não é perceptível.

O compartimento 11 tem cerca de 8 m de comprimento, distinguindo-se dos restantes pela sua construção cuidada e pela existência de uma peculiar estrutura no seu interior, delimitada por blocos de pedra que lhe conferem uma forma quadrangular, com cerca de 1m de lado. Esta última era, aparentemente, rebocada na sua totalidade por rocha moída esbranquiçada e possuía, na sua zona central, uma camada de argila vermelha onde afloram alguns fragmentos cerâmicos. No seu lado Este, possui uma espécie de cabeceira, que se eleva do piso de argila vermelha cerca de 20 cm e cuja fase interna mostrava sinais da acção do fogo. Também a “cabeceira” seria originalmente coberta pela mesma rocha moída. Este compartimento conservava ainda vestígios de reboco na parede e no rodapé interno.

A Oeste deste espaço, delimitou-se a denominada área 7, cuja articulação com os compartimentos 10 e 11 é de difícil compreensão, devido ao seu estado parcelar de conservação. Denota-se uma particularidade construtiva no que diz respeito à parede Oeste deste espaço, que possui uma largura muito reduzida. Foi possível delimitar no interior da área 7 uma sucessão de vários momentos de ocupação, consubstanciados em dois pisos de rocha moída esbranquiçada e uma lareira.

O compartimento 10 constitui o melhor exemplo, em termos arquitectónicos, desta fase de ocupação de Castro Marim. Apresenta grandes dimensões (7 m de comprimento por 4 m de largura), possuindo, no seu momento inicial de ocupação, um piso de rocha moída esbranquiçada associado a uma zona de combustão de forma circular. Posteriormente, foi construída no seu interior uma estrutura maciça de forma rectangular que, apesar da sua utilização ser limitada no tempo, esteve em funcionamento com vários pisos de argila ou rocha desagregada.

O compartimento 6 encontra-se bastante truncado, em consequência da construção do edifício religioso de época moderna. Nas zonas não afectadas por esta construção foi possível verificar a existência de um pavimento de conchas, que ocuparia, provavelmente, toda a extensão deste espaço. Em algumas zonas, as conchas foram alinhadas, enquanto outras evidenciavam uma disposição aleatória. Este piso foi construído sobre uma estrato de pequenos seixos rolados, do qual temos evidência mesmo nas zonas onde as conchas já não estão presentes. Este compartimento revela também evidências do uso de reboco na face interna da parede Oeste. O reboco de argila alaranjada encontrava-se em clara associação com o piso de conchas, bem como com os finos pisos de argila que se sobreponham a este. O acesso a este espaço realizava-se através da zona que configuraria a sua esquina Este, onde foram colocadas grandes pedras aplanadas no topo de forma a facilitar a comunicação com a área 9, situada a cota altimétrica inferior. Para a construção deste acesso reutilizou-se o alicerce de uma estrutura da fase anterior.

A área 9 constitui-se como uma zona de passagem entre o compartimento 10 e uma outra área compartimentada a Sul. As evidências arqueológicas apontam no sentido de, também aqui, ter existido um pavimento de conchas, do qual apenas restam os estratos relativos à sua destruição. Verificou-se que este espaço foi sujeito a uma remodelação em que, simultaneamente, se construíram dois novos compartimentos a Sul, 5 e 8, tendo o compartimento 10 diminuído de dimensão.

O espaço entre a área edificada mais próxima da encosta e a imediatamente a Sul, parece corresponder a uma extensa zona de passagem, sem cobertura, com um piso de conchas e pedras dispersas aleatoriamente no terreno.

Ainda nesta fase, documentaram-se dois fornos que não se encontram associados a quaisquer construções. Ambos eram de planta circular e de construção simples: a partir de uma base de argila desenvolviam-se as paredes realizadas com a mesma matéria-prima. O forno de maiores dimensões, com cerca de 1m de diâmetro, conservava ainda uma coroa de pedras exterior que sugeria que a sua abertura seria a Sul. O exemplar mais pequeno, com 80 cm de diâmetro, abria-se a Oeste, estando a abertura indicada por um grande seixo rolado. A escavação dos estratos associados a estas estruturas revelou uma grande quantidade de restos faunísticos queimados e bastante fragmentados.

Associada ao forno menor, era visível uma outra estrutura de tendência circular, cujas características construtivas a tornam singular, e que se conservava em apenas $\frac{1}{4}$ do que seria o seu tamanho original. A base estava construída com pedras de grande dimensão, mas a calibragem destas era menor à medida que a parede subia em altura. O interior desta parede era preenchido por pedra seca à qual se sobrepunha uma camada de conchas de ostra ligadas por argila vermelha compacta. Ambos os enchimentos mostravam evidências de combustão.

Fase IV

A fase IV é o momento de ocupação da Idade do Ferro cujos vestígios arquitectónicos se conservam em maior extensão e na qual se identificaram maior número de compartimentos. O espaço organiza-se em torno de arruamentos que funcionam como elementos estruturantes da distribuição interna dos edifícios.

Nesta fase, mais uma vez se constata que as construções mais próximas do limite da colina têm uma orientação distinta das demais áreas edificadas. Em relação a estes compartimentos, será ainda curioso notar que o espaço é aproveitado de forma muito semelhante ao da fase III, coincidindo até no número de divisões. Tal como já tínhamos avançado para a fase anterior, o recurso a esta opção parece ter em conta a topografia da colina.

Estes três compartimentos parecem pertencer a um único edifício, que ao longo da sua utilização assistiu à construção de vários equipamentos domésticos. Com efeito, em todos os compartimentos foram construídas estruturas que se adossavam às paredes e que poderiam funcionar como elementos de apoio a qualquer actividade que aí se desenvolvesse. Todos os pisos documentados eram de argila e surgiam frequentemente associados a lareiras.

No enfiamento destas construções, localiza-se o compartimento 15, em cujo interior também se registaram pisos exclusivamente de argila. Este conjunto de estruturas parece formar uma cintura ao longo desta zona da encosta.

A área 16 funcionaria, num primeiro momento, como um espaço aberto, muito possivelmente uma rua, que dividiria duas áreas edificadas distintas: a mais próxima da encosta, a que aludimos anteriormente, e a situada imediatamente a Sul. Num momento posterior, este espaço passa a funcionar como um “alpendre/pátio” do compartimento 12, delimitado por blocos de pedra, com um piso de conchas e cascalho, sobre o qual se construiu uma lareira.

Em relação ao complexo construtivo da área central da escavação cumpre dizer que tem oito compartimentos, aparentemente todos relacionados entre si, embora construídos em vários momentos. A maioria destes compartimentos estão orientados no sentido Noroeste/Sudeste, com a excepção do 23 e 24 que se encontram desviados.

Deste complexo, o compartimento 22 é o que apresenta maiores dimensões, (7 m comprimento por 4 m largura). Na extensão conservada do seu interior, foram adossados às paredes bancos/poiais corridos, cuja face interna se encontrava rebocada por rocha moída esbranquiçada semelhante à utilizada no piso. A planta dos comp. 23 e 24 encontra-se muito truncada, sendo, no entanto, perceptível que se trata de um mesmo espaço com uma divisória interna que apresenta uma variação na orientação predominante deste complexo.

Desta fase, delimitou-se ainda um outro edifício, composto por, pelo menos, dois compartimentos de planta rectangular, perpendiculares entre si, cujo acesso se fazia pelo mesmo espaço exterior. O maior dos compartimentos, 8 m de comprimento por 4 de largura, estava orientado no sentido Sul/Norte, confinando com o compartimento 26, orientado Oeste/Este, cujas dimensões prováveis são de 6 por 3,5 m. Deste compartimento sabemos apenas que era pavimentado por rocha desagregada com uma tonalidade verde e que a entrada era aberta a Sul. Não se documentaram quaisquer estruturas no seu interior.

O compartimento 27 tinha a sua entrada aberta a Este, com um “degrau” exterior, que, em duas pequenas áreas, estava coberto de conchas. Daqui acedia-se à soleira do compartimento, que se encontrava sobrelevada em relação ao piso de rocha moída esbranquiçada, documentado no seu interior. A duas das suas paredes foram adossados bancos corridos. Paralelamente ao banco do lado Norte, existia, um pouco acima do nível

do solo, um pequeno lajeado. Uma outra plataforma estava adossada a este banco, feita a partir de um grande bloco de pedra. Importa referir que todos estes elementos construtivos encontravam-se cobertos por rocha moída de cor esbranquiçada.

Aproximadamente no centro deste compartimento, encontrava-se uma estrutura com 92 cm por 1,30 m, que se levantava apenas a 10 cm do solo. Era formada por uma moldura de terra misturada com rocha moída, que lhe conferia um tom esbranquiçado, enquanto que o seu interior era preenchido por uma placa de argila. No canto noroeste, a moldura alargava, de modo a incluir uma pequena concavidade com 12 cm de diâmetro. No momento anterior à sua construção, depositou-se neste espaço pelo menos uma ânfora e uma urna Cruz del Negro, as quais surgiram fragmentadas *in situ*.

Todas as realidades no interior deste compartimento ficaram subterradas por um potente derrube de pedra. Este derrube sugere que estas paredes poderiam ser construídas exclusivamente neste material, tal como demonstra que a destruição deste compartimento foi rápida.

O espaço entre os compartimentos 21, 22, 25 e 26, tinha um pavimento parcialmente estruturado por blocos de pedra, funcionando como uma pequena praça entre as áreas edificadas.

Fase V

A fase v documenta uma ruptura urbanística na forma de ocupar o espaço. Os edifícios orientam-se agora preferencialmente no sentido Nordeste/Sudoeste, contrastando com as fases precedentes.

Directamente sobre o derrube do compartimento 27 da fase iv, construíram-se dois espaços distintos, tendo apenas um deles, o compartimento 28, fornecido indícios de ocupação. A estrutura que o limitava a sul preservava o início de um reboco composto por pequenas lâminas de xisto dispostas na vertical, sobre as quais se aplicou um revestimento esbranquiçado. No exterior deste espaço, encontrava-se um poial formado por grandes lajes e uma outra estrutura construída por pedras colocadas em cutelo, de forma a delimitar um espaço semi-circular, que poderia servir para suportar um grande recipiente.

Entre este compartimento e a seguinte área edificada, definiu-se uma estrutura de tendência circular de grandes dimensões. A sua desmontagem revelou alguns aspectos dignos de registo. Verificámos que foi construída por sucessivas camadas de distintos materiais: argila, laminas de xisto, cerâmica e pequenos seixos rolados. Por sua vez, estes repousavam sobre uma estrutura de pedra.

A segunda área edificada compunha-se por vários compartimentos, sendo que alguns destes sofreram remodelações ao longo desta fase. O compartimento 29 é de planta simples e rectangular. No momento da sua construção escavou-se uma vala comprida e

bifurcada, que desemboca numa fossa, pouco profunda, situada já no seu exterior. A presença, no topo do enchimento desta vala, de bocados disformes de argila cozida permitem pensar que esta poderia ter estado coberta por tijolos. Mais estranha resulta a evidência de que, também na fase de construção deste espaço, foram aqui sepultados três neonatos, em fossas simples e sem qualquer tipo de espólio. Os enterramentos estavam distanciados entre si, parecendo aleatória a sua disposição. É sobre eles que é construído o primeiro piso deste espaço, feito com pequenas lâminas de xisto compactadas com argila, e uma lareira estruturada por uma fiada de pedras, que lhe confere uma forma quadrangular. Da ocupação posterior deste compartimento conservaram-se também vários de pisos de argila compactada, associados a uma lareira de características idênticas à do momento anterior.

A área 30 correspondendo, muito possivelmente, a uma área de passagem entre os compartimentos 29 e 31. Embora não seja perceptível a planta total deste último, verificou-se que se trata de uma edificação de grandes dimensões, talvez aproximadas às do compartimento 29. Sofreu profundas remodelações no seu espaço interior durante o seu período de utilização. Adossadas ao muro Noroeste, encontram-se duas estruturas de tendência quadrangular, com o topo coberto por grandes lajes, formando uma superfície aplanada. As restantes estruturas interiores encostavam-se ao muro Sudoeste, formando um poial corrido. No entanto, diferiam relativamente à sua técnica construtiva: uma era construída em pedra e a outra era-o em terra, sobre a qual se colocaram duas lajes de xisto. Sob as lajes, registou-se a presença de uma concentração de mesofauna, aparentemente apenas com ossos de aves, depositada numa pequena fossa escavada na terra.

O compartimento 31 tem a particularidade de conservar quase intactas as evidências relativa a um momento de destruição. O espaço interior do compartimento estava na totalidade ocupado por um piso de argila, sobre o qual se encontrava uma grande quantidade de ânforas encostadas uma às outras, que continham cereais e preparados de peixe. Junto a uma das estruturas interiores, concentravam-se abundantes pesos de rede e, nas proximidades destes, um conjunto de vértebras de peixe ainda em conexão. Entre os materiais recolhidos, contam-se ainda vários recipientes de cerâmica ática, contas de colar de cerâmica e de pasta vítrea e, em menor número, alguns vasos de cerâmica comum e manual, bem como cossoiros. Os objectos em metal são minoritários neste contexto, mas, ainda assim, identificámos agulhas, anzóis e uma fíbula anular hispânica.

A acção do fogo teve especial relevância na formação e preservação deste contexto, chegando a danificar algumas estruturas. As ânforas encontravam-se, na sua maioria, estilhaçadas e em alguns casos vitrificadas devido ao fogo, o que se por um lado dificulta a sua reconstituição, por outro permitiu que o seu conteúdo se conservasse. Importa ainda sublinhar que as ocupações posteriores deste mesmo espaço não o alteram, antes o selam, denotando-se mesmo um cuidado na sua preservação. As construções posteriores

dividem este compartimento em dois, incluindo-se nestas remodelações a construção de outras duas pequenas estruturas, que se adossavam à parede original do lado Sudoeste, talvez com o intuito de a reforçar.

A planta do compartimento 32 evidencia uma estrutura trapezoidal com 9 m de comprimento por 6 de largura máxima, a que está anexo um pequeno espaço, cuja área útil era bastante reduzida, 2 m por 70 cm. Na zona adjacente, para Este, definiu-se um outro compartimento (33) onde se conservava, *in situ*, uma mó assente na sua base.

TÉCNICAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Parece importante começar por dizer que, quer ao nível das técnicas construtivas, quer no que se refere às plantas dos edifícios, não há a registar alterações significativas nas construções de Castro Marim, durante a Idade do Ferro.

Os muros conservados evidenciam uma grande homogeneidade ao nível da construção, sendo, maioritariamente, constituídos por paredes de alvenaria, construídas por pedras de médias e pequenas dimensões, irregulares, ligadas por argila. Possuem uma largura média de 50 cm. Verificou-se a quase total ausência de valas de fundação, estando estas apenas documentadas num edifício da fase II e num outro da fase V. A sustentação dos edifícios era conseguida por uma selecção deliberada no tamanho das pedras que constituíam as suas paredes, que, ao nível da base, eram blocos de maiores dimensões, diminuindo o seu tamanho à medida que a parede subia em altura.

A deficiente conservação dos muros impede a verificação da técnica empregue na construção dos alçados. Apenas no caso do compartimento 27, se pode supor que as paredes foram construídas integralmente em alvenaria, devido aos imensos de derrubes que se documentaram no seu interior. Não se registaram, até ao momento, paredes de taipa e/ou terra sobre os muros de alvenaria. No entanto, não é de excluir esta hipótese, tendo em conta as características de alguns estratos escavados, bem como o facto de esta técnica se encontrar atestada em grande parte dos sítios da Proto-história peninsular. A utilização da terra no processo construtivo ficou, contudo, evidenciada em pequenas estruturas interiores, ou na delimitação de espaços internos. Destas, pouco restou, havendo, no entanto, a registar pequenas construções de adobe, pertencentes, sobretudo, à Fase III.

Alguns compartimentos mostravam uma técnica construtiva pouco comum: a base dos muros assentava sobre um piso espesso, previamente construído, que depois se mantinha em utilização conjuntamente com as mesmas estruturas. Esta técnica é evidente na construção dos compartimentos 18 e 19 e 20 da fase IV e numa das paredes do compartimento 31 da fase V.

Algumas paredes conservam ainda vestígios de reboco na sua face interior, documentando-se a utilização de dois materiais distintos: argila e rocha moída de cor esbranquiçada. Os rebocos apresentam uma espessura média de 3 cm, verificando-se que, tanto estes como os pisos, foram colocados num único momento, aparecendo em continuidade, o que se traduz na existência de um remate, em meia cana, na junção entre ambos.

Apesar de as entradas para o interior dos compartimentos estarem mal documentadas, verificou-se que as soleiras se encontravam ligeiramente sobrelevadas em relação ao nível de circulação dos espaços exteriores, de modo a evitar a entrada da água da chuva e de outro tipo de resíduos. Os raros casos onde se detectaram entradas não possibilitam tecer considerações acerca da sua localização preferencial e demais características. Contudo, foi possível verificar que se implantavam tanto na zona central das paredes, como junto dos ângulos.

Em Castro Marim, a ocupação é ritmada pela alternância de fases de construção e demolição, o que explica que as estruturas possuam, habitualmente, solos formados directamente sobre camadas de derrube/destruição.

Os pisos documentados em Castro Marim apresentam grande variedade, não só pelos materiais utilizados, mas também pela forma como estes se combinam. A terra foi largamente utilizada na pavimentação dos compartimentos. Com efeito, a maioria dos pisos encontrados era de terra batida, muito compactada. Em todos os momentos da ocupação sidérica, o uso da terra nos pavimentos está documentado, sendo importante registar que num deles, pertencente à Fase III, a terra foi coberta por uma película argilosa de cor vermelha. Uma espécie de argamassa fabricada com rocha moída juntamente com argila é uma presença constante na pavimentação dos espaços em todos os momentos da diacronia da Idade do Ferro, conferindo uma tonalidade branca a muitos dos pavimentos encontrados. A rocha natural em desagregação de tom esverdeado foi também utilizada na pavimentação dos compartimentos, tal como pequenas lascas de xisto compactadas com argila, embora esta última técnica seja mais rara.

Pela sua raridade e fragilidade, deve destacar-se a utilização das conchas na pavimentação de algumas construções, concretamente nas fases III e IV, mas sobretudo na primeira destas. Em vários edifícios, foram identificadas áreas onde conchas alinhadas, todas da mesma espécie, se encontravam fixadas sobre um solo previamente preparado com pequenos seixos rolados. Encostavam-se umas às outras, estando o seu interior preenchido com terra compacta.

Em alguns casos, maioritariamente em espaços exteriores, reconheceu-se a utilização de enrocamentos de pedra que antecederiam a construção dos pisos. A utilização desta técnica serviria, provavelmente, para lhes garantir uma maior consistência e durabilidade, facilitando a drenagem e evitando a humidade na superfície em uso.

Relativamente às coberturas dos edifícios, a escavação não proporcionou qualquer tipo de dados que indiquem a sua natureza. É própria ausência de indícios que nos leva a crer que os telhados deveriam ser construídos com materiais perecíveis de origem vegetal, que muito dificilmente se conservam no registo arqueológico.

EQUIPAMENTOS

Por equipamentos domésticos entendemos o conjunto de infra-estruturas situadas dentro ou fora dos compartimentos, cuja função está iminentemente relacionada com o desenvolvimento das actividades quotidianas da comunidade que ocupou a colina do Castelo de Castro Marim. Entre estas, destacam-se, pela sua frequência, as lareiras, fornos, poiais e outros de interpretação duvidosa.

As lareiras são presença constante tanto nos espaços interiores como exteriores e apresentam uma diversidade de formas, dimensões e técnicas de construção que, provavelmente, está relacionada com a funcionalidade a que se destinavam. Entre as funções prováveis deste tipo de equipamento, destaca-se, em primeiro lugar, a cozedura de alimentos, não podendo esquecer-se o seu contributo para o aquecimento e iluminação.

Apesar da variedade construtiva assinalada, à qual não é possível atribuir qualquer significado cronológico, as lareiras documentadas em Castro Marim podem subdividir-se em grandes grupos.

As mais simples resumem-se a zonas queimadas, de contornos irregulares e dimensão variável, marcadas no solo de ocupação alterado pela acção do fogo. Nestes casos, não é visível uma preparação prévia à combustão, sendo talvez mais correcto defini-las como fogueiras.

Outro tipo documentado compreende apenas uma placa de argila, colocada em cima do piso, sobre a qual é feito o fogo. Em alguns exemplares, verifica-se a sobreposição de várias placas, facto que sugere acções de manutenção destes equipamentos. Registaram-se também lareiras preparadas com uma ou mais bases refractárias de fragmentos cerâmicos e/ou ostras, o que possibilitava uma maior eficácia térmica, sobre as quais se aplicou uma placa de argila, endurecida pelo uso continuado do fogo. A pedra foi utilizada neste tipo de lareiras quer como base, quer como definindo os seus contornos.

As lareiras sobrelevadas⁷ destacam-se pela sua raridade, documentando-se apenas dois exemplares: no compartimento 11 (Fase III) e no compartimento 27 (Fase IV). As suas dimensões, a originalidade da sua forma, a posição que ocupam no compartimento, bem como o especial cuidado posto na sua construção, são características que as diferenciam das restantes.

⁷ Optou-se por designar estas estruturas como lareiras, devido a ambas possuírem marcas de combustão.

A posição central de algumas lareiras pode indicar que os compartimentos onde estas se localizavam (comp. 10, 11, 27 e 29) funcionariam como espaços de reunião e/ou repouso. Contudo, a maioria situava-se junto a uma parede, nos cantos e em áreas próximas da porta, facilitando a evacuação dos fumos e adequando-se melhor a uma função culinária.

Os fornos são outro exemplo de um equipamento doméstico dedicado ao tratamento do fogo. São estruturas construídas em argila, de atmosfera confinada, onde a câmara de combustão e de cozedura é a mesma. Em Castro Marim, documentaram-se apenas na fase III. As evidências arqueológicas apontam para a possibilidade de terem sido utilizados para a cozedura indirecta de alimentos, tal é a quantidade de restos faunísticos encontrados no seu redor.

Outro tipo de equipamento presente nos edifícios de Castro Marim são estruturas de adossadas às paredes, que designamos, genericamente, por bancos/poiais. Possivelmente, serviriam como “mobiliário” de apoio a qualquer actividade que se desenvolvesse no espaço onde estavam implantadas. Documentaram-se equipamentos deste género de várias formas e dimensões, podendo configurar bancos corridos ao longo de todo o comprimento da parede ou pequenas estruturas quadrangulares. São sempre construídos com um aparelho de alvenaria e alguns conservavam ainda vestígios de um revestimento feito de rocha moída esbranquiçada e argila. Estas estruturas encontram-se especialmente bem documentadas na fase IV de ocupação de Castro Marim.

No espaço exterior aos compartimentos da fase V, registou-se uma estrutura circular com cerca de 1.60 m de diâmetro. As características da sua construção permitiram interpretá-la como uma estrutura aérea para conservação de alimentos de carácter familiar ou comunitário. A utilização de sucessivas camadas de fragmentos cerâmicos e de pequenos seixos rolados, possibilita uma boa drenagem e funciona como isolante da humidade, propiciando as condições ideais para armazenar alguns alimentos. Estruturas similares a esta estão documentadas em outros sítios proto-históricos de geografia peninsular, como em Tejada la Vieja, na Andaluzia⁸, em El Palomar, na Estremadura espanhola⁹ e na Herdade da Sapatoa, no Alentejo Central¹⁰. Parece-nos aceitável propor semelhante funcionalidade também para a estrutura de tendência circular que se registou na fase III, no limite Sul da área de escavação, apesar de esta evidenciar uma técnica de construção um pouco distinta.

⁸ C. GARCÍA SANZ, “Unas ruinas merecen tantos escritos?”, *Huelva Arqueológica*, 18, 2003, pág. 29.

⁹ J. JIMÉNEZ, J. ORTEAGA BLANCO, “El poblado orientalizante de El Palomar (Oliva de Mérida, Badajoz). Noticia preliminar”, en D. Ruiz Mata & S. Celestino Pérez (eds.), *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*, Madrid, 2001, págs. 227-248.

¹⁰ R. MATALOTO, *Um “monte da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa. Ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*, Lisboa, 2003, exemplar policopiado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escavações realizadas no Castelo de Castro Marim permitiram verificar a existência de vários edifícios da Idade do Ferro, construídos em diferentes momentos de ocupação do sítio. Contudo, a longa diacronia da ocupação e a extrema complexidade das estruturas construídas nem sempre possibilitou a definição clara da organização, disposição e tamanho dos compartimentos destas unidades construtivas.

Ainda assim, observou-se a existência de uma organização urbanística, pelo menos a partir da fase III, evidenciada, por exemplo, pela existência de arruamentos que funcionavam com elemento estruturante do plano arquitectónico. Os edifícios resultaram de adaptações ao espaço disponível para construir, demonstrando a existência de um plano prévio aparentemente resultante da aplicação de conceitos de organização de tipo urbano.

O estado de conservação dos vários compartimentos escavados e a inexistência de elementos característicos de uso preferencial dificultam, na maioria dos casos, a atribuição de uma funcionalidade concreta, parecendo-nos provável que os espaços fossem multifuncionais.

Algumas das construções encontradas na área permitem, no entanto, uma análise funcional, tendo em consideração as plantas dos diversos edifícios e ainda algumas estruturas encontradas no seu interior, bem como, aliás, o material recuperado.

Todos os dados parecem conjugar-se no sentido de poder defender-se que esta área correspondeu a um espaço cultural em ambiente urbano, em todos os momentos da diacronia sidérica. De facto, as estruturas rectangulares das fases III e IV registadas no interior dos compartimentos 11 e 27, respectivamente, parecem corresponder a altares. Pelo menos a do compartimento 27, da Fase IV, apresenta afinidades construtivas com as que foram assim interpretadas na área do Guadalquivir, concretamente em Coria del Rio¹¹ ou em Carmona¹², na Extremadura (Cancho Roano)¹³ e em Castela (Cerro de la Mesa, Alcolea de Tajo, Toledo)¹⁴. Se bem que nos casos espanhóis, os altares tenham a forma de lingote chipriota ou de pele de touro estendida, e em Castro Marim a forma geral seja rectangular, o facto é que, em todos, as estruturas pouco se elevam do solo (15 cm em Coria del Rio e 10 em Castro Marim), são construídas com argila e localizam-se no interior de edifícios de planta rectangular onde ocorrem bancos corridos ao longo das paredes. Por outro lado, julgamos importante referir que em tanto em Castro Marim,

¹¹ J.L. ESCACENA CARRACO, R. IZQUIERDO DE MONTES, “Oriente en Occidente: Arquitectura civil y religiosa en un “barrio fenicio” de la CAURA Tartésica”, *Arquitectura...*, págs. 123-158.

¹² M. BELÉM *et al.*, *Arqueologia en Carmona (Sevilla). Excavaciones en la Casa- Palacio del Marqués de Saltillo*, Sevilla, 1997.

¹³ S. CELESTINO PÉREZ, “Los santuarios de Cancho Roano. Del indigenismo al orientalismo arquitectónico”, *Arquitectura...*, págs. 17-56.

¹⁴ J. ORTEGA BLANCO e M. VALLE GUTIÉRREZ, “El poblado de la Edad del Hierro del Cerro de la Mesa (Alcolea de Tajo, Toledo). Primeros resultados”, *Trabajos de Prehistoria*, vo. 61, nº 1, 2004, págs. 175-186.

como em Coria houve intenção de preservar os edifícios e os respectivos altares, mesmo quando outras construções se lhes sobrepuseram. Com efeito, em Castro Marim, tal como em Coria del Rio, é notório o cuidado que é posto nessa preservação, tendo-se verificado que os derrubes das paredes não foram removidos, mas antes conservados no momento construtivo imediatamente posterior. A interpretação como altar da estrutura do compartimento 27 é ainda reforçada pela existência da depressão localizada no canto NW da moldura, depressão essa que pode interpretar-se como o receptáculo de um recipiente destinado ou à combustão de perfumes ou à contenção de oferendas. Neste sentido podia também defender-se que os poiais deste compartimento serviriam para depositar oferendas.

O piso de conchas identificado remete também para um ambiente iminentemente ritual. Parece imprescindível chamar aqui à colação o caso do Carambolo Baixo, onde os pavimentos de conchas tinham já sido verificados por Carriazo¹⁵, e cuja interpretação como santuário tem vindo a ser proposta¹⁶. As características rituais destes pisos de conchas, em Castro Marim muito bem conservados, podem ser defendidas, atendendo a que a sua fragilidade impediria a utilização massiva e continuada. O utilização seria pois restrita, estando destinada a apenas alguns, muito possivelmente aos que se encarregariam das actividades culturais.

Para além do Carambolo Baixo, existem outros sítios onde também se documentaram pisos de características semelhantes e que abarcam uma cronologia balizada entre a Idade do Bronze e o final da Idade do Ferro.

Na “factoria púnica de Aljaraque”¹⁷ a maioria dos pavimentos da última fase de ocupação eram construídos com conchas. Uma função também religiosa para Aljaraque foi recentemente proposta¹⁸.

Para a cidade de Huelva, existe uma referência a um possível pavimento deste tipo na Calle Botica, 10-12¹⁹. No entanto, a fotografia publicada permite supor que possa tratar-se, não de um pavimento, mas sim de uma acumulação residual de fauna malacológica.

¹⁵ J.M. CARRIAZO, *Tartessos e el Carambolo*, Madrid, 1973, pág. 298-299.

¹⁶ M. BELÉM, J.L. ESCACENA, “Testimonios religiosos de la presencia fenicia en Andalucía Occidental”, en *Actas del Congreso “El Mediterráneo en la Antigüedad: Oriente y Occidente”*, 1998. ESCACENA CARRACO, R. IZQUIERDO DE MONTES, art. cit., p. 123-158.

¹⁷ J.M. BLÁZQUEZ, J. M. LUZÓN y D. RUIZ MATA, “La factoría púnica de Aljaraque en la provincia de Huelva”, *Noticiario Arqueológico Hispanico*, XIII-XIV, 1971, pág. 310.

¹⁸ P. CARRETERO POBLETE, *Las anforas tipo “Tiñosa” y la explotación agrícola de la Campiña Gaditana entre los siglos V y III a.C.*, Dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid, 2004. Edição policopiada.

¹⁹ P. RUFETE TOMICO, “El Final de Tartessos y el periodo Turdetano en Huelva”, *Huelva Arqueológica*, 17 2002, 27-28. C. GARCÍA SANZ, “El urbanismo protohistórico de Huelva”, *Huelva Arqueológica*, X-XI, 3, 1988-89, 153-154.

Na região de Cádiz, concretamente na zona de campina, documentou-se também a existência de pisos de conchas em dois sítios do Bronze Final - Pocito Chico e Campillo²⁰, e no Castillo de Doña Blanca, numa zona de entrada de uma habitação do século VIII a.C.²¹.

Na costa de Málaga, no Poblado de la Era (Benalmádena)²², documentou-se uma habitação com pelo menos três pavimento de conchas ordenadas em filas paralelas, ocupando uma área de cerca de 8 m² e que se sobrepunham. A cronologia proposta para o momento de abandono deste espaço é de finais do VII/ inícios do VI a.C. Em Cerro del Villar (Málaga), documentou-se também restos de um piso de conchas numa habitação do século VII a.C.²³.

O uso de conchas com fins arquitecturais e decorativos está ainda registado no povoado de El Oral, situado no litoral alicantino, com uma datação dos finais do século VI a meados do V a.C.²⁴, e em Lattes, no Sul de França, do século III a I a.C.²⁵.

O carácter cultural do espaço das Fases III e IV, que correspondem a uma cronologia da primeira metade do 1º milénio a.C., continua presente na fase posterior. Com efeito, e ainda que seja notória uma reestruturação arquitectónica da área, durante o século V, um conjunto de evidências corrobora a nossa leitura.

Em primeiro lugar, a existência de um depósito deve destacar-se. O excelente estado de conservação dos materiais e as características da formação desta unidade permite pensar que estamos perante um *bothros*, anexo a uma área de culto. Esta pode corresponder ao compartimento 29, onde na área central do seu interior foi possível reconhecer uma estrutura de combustão quadrangular, a que não parece, neste contexto, disparatado atribuir uma função religiosa. A reforçar esta interpretação associa-se o facto de ter sido neste mesmo compartimento que foi possível reconhecer os três enterramentos infantis já anteriormente descritos. A matriz religiosa do espaço constituído pelo depósito e pelo compartimento 29 parece, assim, inquestionável, atendendo ainda a que, junto ao depósito, foi encontrada uma pequena fossa coberta por lajes de xisto, possivelmente fundacional, cujo conteúdo era constituído exclusivamente por restos de aves.

²⁰ J.J. LÓPEZ AMADOR, *et al.*, *Tartessos y fenicios en Campillo, El Puerto de Santa María, Cádiz. Una aportación a la cronología del Bronce Final en el Occidente de Europa*, Cádiz, 1996.

²¹ D. RUIZ MATA y C. J. PÉREZ, *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca* (El Puerto de Santa María, Cádiz), Puerto de Santa María, 1995.

²² J. SUÁREZ PADILLA, *et al.*, "Consideraciones acerca de los procesos de interacción entre indígenas, fenicios y griegos en Málaga. Aportaciones de la arqueología de urgencia.", en F. Wulff Alonso, G. Cruz Andreotti y C. Martínez Maza (eds.), *Comercio y comerciantes en la Historia Antigua de Málaga* (Siglo VIII a.C. – año 711 d.C.), Málaga, 2001, pág. 110.

²³ M.E. AUBET, "Cerro del Villar 1987. Informe de la primera campaña de excavaciones en el asentamiento fenicio de la desembocadura del río Guadalhorce (Málaga)", *AAA* 1987, vol. II, p. 310-316.

²⁴ L. ABAD CASAL, F. SALA SELLÉS (eds.), *Poblamiento Ibérico en el Bajo Segura. El Oral (II) e La Escuera*, Madrid, 2001.

²⁵ C.A. CHASELLES, "Les techniques de construction de l'habitat antique de Lattes", *Lattara* 9, *Urbanisme et architecture dans la ville antique de Lattes*, 1996, págs. 259-328.

Convém recordar que, na Antiguidade, sobretudo nas periferias, a arquitectura doméstica e sagrada não apresentam grandes diferenças em termos construtivos. O carácter religioso da área escavada em Castro Marim foi prolongado em épocas posteriores. De facto, é também neste local que, durante a Época Moderna, se constróem as duas Igrejas do Castelo, uma das quais foi evidenciada justamente pela escavação arqueológica realizada. A sacralização deste espaço é pois permanente ao longo do tempo, sendo possível encontrar nas construções modernas mais um argumento a favor da hipótese de estarmos perante um conjunto cultural sidérico.

Os modelos construtivos, concretamente a utilização dos adobes e os pisos pintados de vermelho, para além naturalmente das plantas e do tipo de altares presentes, são de matriz claramente oriental e a sua existência neste local reforçam o que já tinha sido possível extrapolar através dos espólios recolhidos, ou seja que o sítio foi profundamente marcado pela chegada de populações oriundas da região do Estreito de Gibraltar, integradas num movimento colonial das margens do Atlântico.

Resta ainda reforçar que, num momento impreciso de meados do 1º milénio, muito possivelmente na primeira metade do século v a.C., toda a área sofreu uma reestruturação arquitectónica ao nível do plano, assistindo-se a uma ruptura na orientação das construções. Se a funcionalidade deste espaço parece permanecer intacta, o facto é que se terá tornado necessário proceder a uma outra disposição do tecido urbano. Chamar, neste contexto, à colação a chamada crise do século vi poderá parecer excessivo, mas esta reestruturação não é exclusiva do Castelo de Castro Marim, sendo claro que em outros locais do Ocidente é também, neste momento, que se assiste a uma nova leitura urbana e a modificações nos espaços construídos, como é por exemplo o caso de Huelva. Também aqui, as alterações arquitectónicas são acompanhadas por outras, nomeadamente ao nível do espólio, dos centros abastecedores, e talvez até das actividades produtivas.

Para concluir gostaríamos de chamar a atenção para o facto de o sítio se localizar numa área onde a exploração do mar, em termos industriais e comerciais, é possível e foi certamente realizada²⁶. A implantação de Castro Marim na foz do Guadiana significa igualmente que o acesso a outros recursos, concretamente os metalúrgicos do interior alentejano, estava garantido. Ambas as situações ajudam a corroborar o significado económico dos edifícios religiosos encontrados, parecendo claro que, também neste caso, os santuários... *están muy vinculados a la actividad portuaria y comercial de la metrópolis que dirigía los negocios fenicios en occidente*²⁷.

²⁶ A.M. ARRUDA, “Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal”, en *Actas da 1 Conferência Internacional sobre la historia de la pesca en el ámbito del Estrecho*. 2004.

²⁷ M. BELÉM, “Arquitectura religiosa orientalizante en el Bajo Guadalquivir”, en D. RUIZ MATA y S. CELESTINO PÉREZ (eds.), *Arquitectura...*, pág. 16.

